

Companhia Energética do Jari – CEJA

CNPJ/MF nº 03.581.989/0001-62

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)		Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	249.812	188.364	
Concessionárias	5	43.684	45.868	
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	7.317	5.239	
Outros tributos compensáveis	6	6.851	22.509	
Cauções e depósitos vinculados	9	785		
Prêmio de risco - GSF	10	2.294	2.294	
Outros créditos	11	9.945	5.066	
Total do Ativo Circulante		320.688	269.340	
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	9	24.783	22.815	
Prêmio de risco - GSF	10	12.042	14.336	
Outros Créditos	11	1.544	2.387	
		38.369	39.538	
Imobilizado	12	1.013.139	1.017.376	
Intangível	13	454.271	476.418	
		1.467.410	1.493.794	
Total do Ativo Não circulante		1.505.779	1.533.332	
TOTAL DO ATIVO		1.826.467	1.802.672	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)		Nota	2022	2021
Receitas				
Custo da operação e do serviço de energia elétrica				
Custo do serviço de energia elétrica	21	315.195	317.843	
Custo de operação		(45.213)	(57.007)	
		(50.386)	(44.397)	
		(95.599)	(101.404)	
Lucro bruto		219.596	216.439	
Despesas e Receitas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	21	(20.895)	(20.331)	
Outras despesas e receitas operacionais		(1.468)	(322)	
		(22.363)	(20.653)	
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		197.233	195.786	
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	22	27.458	12.405	
Despesas financeiras		(50.256)	(54.255)	
		(22.798)	(41.850)	
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		174.435	153.936	
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(8.618)	(10.126)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.149	(6.599)	
		(4.469)	(16.725)	
Lucro líquido do exercício		169.966	137.211	
Resultado por ação atribuível aos acionistas				
Resultado básico/diluído por ação (Reais/Ações)	24	6,58936	5,31949	
ON				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2022	2021
Lucro líquido do exercício			
Resultado abrange do exercício		169.966	137.211
		169.966	137.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2022	2021
Geração do valor adicionado			
Receita operacional		393.665	376.391
Receita relativa à construção de ativos próprios		367.065	363.574
Outras receitas		24.275	12.817
		2.325	
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(93.665)	(91.425)
Custos da energia comprada		(18.674)	(46.295)
Encargos de uso da rede elétrica		(31.131)	(27.532)
Materiais		(9.924)	(2.428)
Serviços de terceiros		(31.784)	(12.473)
Outros custos operacionais		(2.152)	(2.697)
Valor adicionado bruto		300.000	284.966
Retenções			
Depreciações e amortizações		(50.563)	(51.340)
Valor adicionado líquido produzido		249.437	233.626
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		28.801	13.012
Valor adicionado total a distribuir		278.238	246.638
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		5.263	3.654
Benefícios		1.576	1.593
FGTS		493	238
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		46.632	44.016
Estaduais		4.051	5.604
Municipais		1	66
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		50.256	54.255
Aluguéis			1
Remuneração de capital próprio			
Juros sobre capital próprio		64.849	43.510
Dividendos		67.870	
		240.991	152.937
Lucros retidos		37.247	93.701
		278.238	246.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)									
1 Contexto operacional									
A Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia ou CEJA) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil), com sede no município de São Paulo - SP. Possui como objeto social as atividades de geração de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.									
1.1 Concessão									
A ECE Participações detinha o direito de concessão da UHE Jari por meio do Contrato de Concessão nº 04/02, celebrado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 19 de novembro de 2019 a ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 8.369, autorizou a transferência da Concessão da ECE Participações para Companhia para explorar a UHE Jari. A presente autorização vigorará pelo prazo remanescente, sub-rogando-se a CEJA em todos os direitos e obrigações que dela decorrem, com as seguintes características:									
Empresa	Usina	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWh)	Concessão	Início	Término
Companhia Energética do Jari - CEJA	UHE Santo Antônio do Jari	PA/AP	Produtor Independente	Concessão	392,95	222	21/12/1987	28/10/2045	
O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari e Almeirim, nos estados do Amapá e Pará, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Em 31 de dezembro de 2022, da energia assegurada de 222,00MWhm: (i) 190,00MWhm foram comercializados em dezembro de 2010 por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo preço estabelecido de R\$104,18 por MWh, atualizado em 31 de dezembro de 2022 para R\$200,00 por MWh, pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2015 reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e (ii) 20,90MWhm de CCEARs no ACR pelo preço estabelecido de R\$82,20 por MWhm, atualizado em 31 de dezembro de 2022 para R\$139,65 por MWh, até dezembro de 2044 também reajustado anualmente pelo IPCA.									
O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo assinado em 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044, com extensão decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20 de mais 3,8 meses, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.									
Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.									
Adicionalmente, em 12 de agosto de 2021 foi publicada a REH nº 2.919/21 e em 14 de setembro de 2021 a REH nº 2.932/21, que homologam o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE e os valores referentes ao caput do art. 2º-D da Lei nº 13.203, de 2015. Com as referidas homologações, iniciou-se o prazo de 60 dias para que as usinas listadas procedessem à repactuação. O prazo encerrou em 10 de outubro de 2021. Assim sendo, o registro do incremento estimado de 19,9 meses na sua Concessão foi efetuado conforme acima mencionado.									
1.1.1 Uso do bem público - UBP									
A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico UHE Jari, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual fixado na data de assinatura do Contrato de Concessão, atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$3.155 corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$36.167 (R\$34.700 em 31 de dezembro de 2021) (Nota 17). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.									
1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D									
A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.									
2 Base de preparação									
2.1 Declaração de conformidade									
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as <i>International Financial Reporting Standards</i> - IFRS, emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.									
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.									
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.									
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.									
A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.									
2.2 Práticas contábeis									
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.									
2.3 Base de mensuração									
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota (Nota 25.1.1).									
2.4 Uso de estimativa e julgamento									
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.									
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 18.1); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros; e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 18.2).									
2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação									
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.									
2.6 Redução ao valor recuperável									
A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.									
Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.									
Ativo financeiro									
São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.									
Ativo não financeiro									
A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.									
O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.									
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.									
2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes									
Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:									



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.8 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC				
Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronuncia-mento	01/01/2022
2.9 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC				
Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronuncia-mento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii)Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v)Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronuncia-mento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS/7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS/1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IAS 26	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement</i> 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronuncia-mento	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Evento significativo no exercício

3.1 Ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - GSF

A deliberação ocorreu pela ANEEL na Reunião Pública realizada em 07 de junho de 2022. Em 26 de abril de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.715/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Santo Antônio do Jari de 31 dezembro de 2044 para 28 de outubro de 2045 que representa um acréscimo de extensão de 301 dias.

3.2 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 222,0MW para 211,3MW.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	8.610	8.166
Aplicações financeiras - renda fixa		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	241.202	180.198
	241.202	180.198
Total	249.812	188.364
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.		
Em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras da Companhia estão remuneradas a taxa que variam entre 100,00% e 103,30% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.		
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.		
As aplicações são consolidadas por contraparte e por <i>rating</i> de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.		
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.		
As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.		

5 Concessionárias

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica		43.028	43.426
Energia de curto prazo	5.1	656	2.442
Total		43.684	45.868

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração
Concessionárias (Nota 5) Venda de energia elétrica EDP Espírito Santo EDP São Paulo			
	Controle comum	209,02	01/01/2015 a 31/12/2044
	Controle comum	207,66	01/01/2015 a 31/12/2044
Fornecedores (Nota 14) Suprimento de energia elétrica Energset Encargos de uso de rede Horizon Transmissão ES Horizon Transmissão MA I Horizon Transmissão MA II Mata Grande Transmissora EDP Transmissão Aliança EDP Transmissão Litoral Sul EDP Goiás EDP Transmissão SP-MG Contrato de prestação de serviços EDP Goiás			
	Controle comum (*)	139,31	01/01/2017 a 31/12/2046
	Controle comum (**)		09/02/2019 a 31/12/2044
	Controle comum (**)		11/05/2021 a 31/12/2044
	Controle comum (**)		04/01/2020 a 31/12/2044
	Controle comum		01/11/2001 a 31/01/2033
	Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2044
	Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2044
	Controle comum (***)		01/01/2013 a 01/12/2044
	Controle comum		01/04/2013 a 01/12/2044
Outras contas a pagar Contrato de prestação de serviços (a) EDP Trading Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura (b) EDP - Energias do Brasil			
	Controle comum		01/10/2019 a 30/06/2022
	Controladora em conjunto		01/01/2018 a 31/12/2022

(*) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energset.
(**) A Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II foram alienadas em 28 de dezembro de 2021 e consequentemente, a partir desta data, não mais fazem parte do Grupo EDP - Energias do Brasil, controlador em conjunto.
(***) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.
As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.
As garantias concedidas e os avals recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 27.2).

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

a) Contrato de prestação de serviços

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Trading, sendo que um aditivo foi firmado em 1º de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Trading para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R\$1.476, a serem pagos em parcelas mensais de R\$41, atualizado anualmente pelo IPCA.

As partes celebram o primeiro termo aditivo com vigência de 6 meses, a partir de 1º de janeiro de 2022 até 30 de junho de 2022. O valor total dos serviços contratados é de R\$299, a serem pagos em parcelas mensais de R\$50, atualizado pelo IPCA para o período.

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 12 meses, a partir de 01 de junho de 2022 e término em 30 de junho de 2023, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R\$597, a serem pagos em parcelas mensais de R\$50, atualizado anualmente pelo IPCA. O referido contrato foi submetido à anuência prévia da ANEEL.
Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 30 de junho de 2023.

(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL.
O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

A operação realizada com as contrapartes informadas no item (b) ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

8.1 Controladoras direta e finais

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A. e a CTG Brasil, sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

8.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não apresentou dispêndios no exercício com os profissionais chaves da Administração.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Saldo em					Saldo em
	Nota	31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	31/12/2022
Depósitos judiciais	18.1	1.136	13	108	79	(35)
Depósitos vinculados	9.1	21.679	5.772	2.732	(5.916)	24.267
Total Não circulante		22.815	5.785	2.840	(5.837)	25.568
Circulante		-				785
Não circulante		22.815				24.783

9.1 Depósitos vinculados

Refere-se à garantia exigida no contrato de financiamento junto ao BNDES equivalente a 3 vezes o valor da próxima prestação a ser paga pela Companhia, cujas adições e resgates são efetuados diretamente na referida conta. O valor deverá ser mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato.

Os saldos são totalmente vencedores e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram materiais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 25.2.4.

5.1 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$59/MWh em comparação com R\$263/MWh em dezembro de 2021, influenciado pela crise hídrica ocorrida pela ausência de chuvas no país, na maior parte do exercício de 2021, além de um maior desvio no GSF médio.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em		Atualização	Adiantamentos/	Compensação	Transfe-	Saldo em
	Nota	31/12/2021	Adição	monetária	Pagamentos	de tributos	rência
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.1	5.239		375	7.586	(1.023)	(4.860)
Total Circulante		5.239	-	375	7.586	(1.023)	(4.860)
Outros tributos compensáveis							
ICMS		-	287				287
PIS e COFINS		21.990	8.662	832		(19.835)	(8.301)
IRRF sobre aplicações financeiras		271	3.060				(366)
Retenções de Tributos Federais de órgãos públicos		248	3				251
Total Circulante		22.509	12.012	832	-	(19.835)	(8.667)
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher		3.497	8.618		(4.219)		(6.195)
Total Circulante		3.497	8.618	-	(4.219)	-	(6.195)
Outros tributos a recolher							
ICMS		17	5.324		(5.122)		219
PIS e COFINS	6.3	2.634	34.263		(12.462)	(14.886)	(7.332)
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		70	855		(802)		123
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.2	6.526	9.727		(554)	(5.972)	9.727
Encargos com pessoal		129	1.513		(1.413)		229
Outros		8			(5)		3
Total Circulante		9.384	51.682	-	(20.358)	(20.858)	(7.332)

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que se pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 Imposto de renda e contribuição social

O saldo de R\$7.317 (R\$5.239 em 31 de dezembro de 2021) refere-se, substancialmente, ao ano de 2021, sendo a utilização permitida após a entrega da ECF - Escrituração Contábil Fiscal à RFB - Receita Federal do Brasil.

6.2 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$9.727 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2022 a ser liquidado em janeiro de 2023.

6.3 PIS e COFINS

Os créditos originados na construção da usina foram consumidos e em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$3.348 (R\$21.990 em 31 de dezembro de 2021) de créditos de PIS e COFINS, refere-se a créditos originados da aquisição de insumos de energia elétrica, uso da rede, materiais e serviços, que estão sendo compensados com os respectivos débitos desses impostos, na medida que os faturamentos de energia elétrica estão sendo realizados.

7 Tributos diferidos

		Passivo Não circulante
	Nota	31/12/2022
PIS e COFINS		15
Imposto de renda e contribuição social		10
Total	7.1	113.739
		117.888

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado
Natureza dos créditos	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022
Prejuízos fiscais	29.221	29.959			(738)
Base negativa da contribuição social	6.077	9.340			(3.263)
	35.298	39.299	-	-	(4.001)
Diferenças temporárias					
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.100	903			197
Compra vantajosa			144.475	151.042	6.567
Uso do bem público - CPC 25	24.025	23.659	16.463	16.812	715
Direito de concessão - Outros			4.937	5.154	217
Licenças ambientais	1.626	1.924	4.291	5.070	481
Outras	221	211	5.843	5.806	(27)
Total diferenças temporárias	26.972	26.697	176.009	183.884	8.150
Total bruto	62.270	65.996	176.009	183.884	4.149
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(62.270)	(65.996)	(62.270)	(65.996)	
Total	-	-	113.739	117.888	

7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2030	A partir de 2031	Total
4.705	10.193	11.628	11.013	10.916	7.207	6.608	62.270

Ativo				Passivo				Resultado	
Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacional	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
749	791							6.610	6.054
890	1.131							9.969	9.104
1.639	1.922	-	-	-	-	-	-	16.579	15.158
					60			(779)	(707)
					2				(16)
					7				(43)
					2				(27)
								(4)	
				19	4			(198)	(31)
				2				(16)	(2)
				11				(115)	
				31				(210)	
								(348)	
-	-	-	-	348		-	-	(1.670)	(826)
				411	75				
							45	(225)	(540)
		236	236			8	8	(236)	493
-	-	236	236	-	-	8	53	(461)	(47)
1.639	1.922	236	236	411	75	8	53	14.448	14.285

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

12 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21. Os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

12.1 Composição do imobilizado

	Taxa anual média de depreciação %	31/12/2022			Taxa anual média de depreciação %	31/12/2021		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		759		759		759		759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,05	405.472	(69.126)	336.346	2,05	403.270	(60.491)	342.779
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,13	353.309	(62.383)	290.926	2,13	345.509	(53.703)	291.806
Máquinas e equipamentos	2,99	424.085	(102.564)	321.521	2,99	438.989	(93.260)	345.729
Veículos	14,29	1.362	(1.207)	155	14,29	1.362	(1.049)	313
Móveis e utensílios	6,25	78	(17)	61	6,25	78	(12)	66
		1.185.065	(235.297)	949.768		1.189.967	(208.515)	981.452
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	2.919	(810)	2.109	3,33	2.919	(713)	2.206
Máquinas e equipamentos	3,23	37.105	(9.904)	27.201	3,23	37.105	(8.706)	28.399
		40.024	(10.714)	29.310		40.024	(9.419)	30.605
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	142	(21)	121	3,33	142	(16)	126
Máquinas e equipamentos	15,17	192	(88)	104	15,02	176	(62)	114
Veículos	14,29	49	(30)	19	14,29	49	(23)	26
Móveis e utensílios	7,99	500	(217)	283	8,07	480	(177)	303
		883	(356)	527		847	(278)	569
Total do Imobilizado em serviço		1.225.972	(246.367)	979.605		1.230.838	(218.212)	1.012.626
Imobilizado em curso								
Geração		33.203		33.203		4.727		4.727
Administração		331		331		23		23
Total do Imobilizado em curso		33.534	-	33.534		4.750	-	4.750
Total Imobilizado		1.259.506	(246.367)	1.013.139		1.235.588	(218.212)	1.017.376

12.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depre- ciações	Baixas	Reclas- sificação	Valor líquido em 31/12/2022
Imobilizado em serviço							
Terrenos	759						759
Reservatórios, barragens e adutoras	342.779		2.202	(8.635)			336.346
Edificações, obras civis e benfeitorias	294.138		7.800	(8.782)			293.156
Máquinas e equipamentos	374.242		(14.759)	(10.567)	(90)		348.826
Veículos	339			(165)			174
Móveis e utensílios	369		20	(45)			344
Total do imobilizado em serviço	1.012.626	-	(4.737)	(28.194)	(90)	-	979.605
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	23	7.940	18.557			383	26.903
A ratear	-	13.812	(13.812)				-
Outros	4.727	2.311	(8)	(6)	(393)		6.631
Total do Imobilizado em curso	4.750	24.063	4.737	-	(6)	(10)	33.534
Total Imobilizado	1.017.376	24.063	-	(28.194)	(96)	(10)	1.013.139

13 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.1 Composição do intangível

		31/12/2022				31/12/2021		
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,78	10.181	(9.892)	289	25,78	10.181	(8.164)	2.017
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,31	19.093	(5.165)	13.928	3,31	19.093	(4.532)	14.561
Direito de concessão - GSF	4,11	15.529	(1.008)	14.521	4,11	15.529	(370)	15.159
		44.803	(16.065)	28.738		44.803	(13.066)	31.737
Administração								
Software	20,00	406	(239)	167	20,00	224	(184)	40
Direito de concessão - Outros	3,31	584.274	(159.347)	424.927	3,31	584.274	(140.033)	444.241
		584.680	(159.586)	425.094		584.498	(140.217)	444.281

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantia	31/12/2022				31/12/2021			
										Principal			Total	Principal			Total
										Encargos Circulante	Circulante	Não circulante		Encargos Circulante	Circulante	Não circulante	
BNDES	736.807	13/12/2012	716.790	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementação do projeto de construção da UHE Jari.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização. ii. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 25%. Ambos os índices serão apurados anualmente em 31 de dezembro.	TJLP + 1,86% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/06/2015.	(i) Penhor de Ações; (ii) Contas Vinculadas; (iii) Vinculação de Receitas.	1.504	52.674	390.546	444.724	1.522	52.323	440.397	494.242
(-) BNDES - Custos de Transação	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012 a 15/05/2031				Amortização mensal do custo de transação			(80)	(280)	(360)		(90)	(361)	(451)
										1.504	52.594	390.266	444.364	1.522	52.233	440.036	493.791

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeiro na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$444.724 em 31 de dezembro de 2022 (R\$494.242 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Transfe- rência	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante							
Principal	52.323	(52.461)		52.461		351	52.674
Juros	1.522	(36.028)	36.010				1.504
Custo de transação	(90)			(81)	91		(80)
	53.755	(88.489)	36.010	52.380	91	351	54.098
Não circulante							
Principal	440.397			(52.461)		2.610	390.546
Custo de transação	(361)			81			(280)
	440.036	-	-	(52.380)	-	2.610	390.266

16.3 Vencimento das parcelas

Vencimento							
Circulante							
2023							54.098
							54.098
Não circulante							
2024							52.713
2025							52.713
2026 até 2031							262.010
2031 até 2035							22.830
							390.266
Total							444.364

17 Uso do Bem Público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 13) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 3 de junho de 2011, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e estando as parcelas futuras atualizadas pelo indexador de inflação IGP-M e ajustado a valor presente pela taxa implícita ao projeto de 7,20% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Valor líquido em 31/12/2021	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transfe- rência	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante						
Uso do Bem Público	2.773	(8)	119	(2.950)	3.090	3.024
	2.773	(8)	119	(2.950)	3.090	3.024
Não Circulante						
Uso do Bem Público	31.927	399	3.907	(3.090)		33.143
	31.927	399	3.907	-	(3.090)	33.143

18 Provisões

	31/12/2022			31/12/2021		
	Nota	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	18.1		3.871		3.267	
Licenças ambientais	18.2	2.510	2.272	2.326	3.333	
Total		2.510	6.143	2.326	6.600	

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

18.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data destas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos.

18.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

www.edp.com.br

continua...

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publegal.diariodenoticias.com.br/>

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Realizações	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2022
Circulante	2.326	45	(1.488)	150	1.477	2.510	
Não circulante	3.333			183	(1.477)	2.272	
Total	5.659	45	(1.488)	333	-	233	4.782

19 Patrimônio líquido
19.1 Capital social
O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$850.824 e está representado por 25.793.746 ações ordinárias, sem valor nominal.
As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.
Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
	de ações	participação	de ações	participação
EDP - Energias do Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
CTG Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
Total	25.793.746	100,00	25.793.746	100,00

Destinação do lucro
O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:
(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		169.966	137.211
Constituição da reserva legal - 5%	19.2	(8.498)	(6.861)
		161.468	130.350

Destinação do lucro
Dividendos intermediários - JSCP
Incentivos fiscais
Dividendo adicional proposto

	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	15	(64.849)
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos complementares	19.2.2	(28.749)
	15	(67.870)
		(161.468)
		(130.350)
		(2.51411)
		(2.63123)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
19.2 Reservas			
Reservas de lucros			
Legal	19.2.1	27.415	18.917
Incentivos fiscais	19.2.2 e 23.1	92.190	63.441
Lucros retidos à deliberar	19.2.3	67.870	67.959
Total		187.475	150.317

19.2.1 Reserva legal
A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.

19.2.2 Reservas de incentivos fiscais
As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA) referente à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizado para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

19.2.3 Lucros retidos à deliberar
Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. O montante em 31 de dezembro de 2021 de R\$67.959 foi transferido para Dividendo adicional aprovado (Nota 15) deliberado em AGOE de 15 de junho de 2022.

20 Receitas
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.
A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.
Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:
• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

		MWh	R\$
	Nota	2022	2021
Suprimento de energia		1.847.484	1.957.884
Energia de curto prazo	5 e 20.1	7.146	10.659
Receita operacional bruta		1.847.484	1.957.884
(-) Deduções à receita operacional			
ICMS			(3.982)
PIS/COFINS			(31.605)
			(35.587)
Encargos do consumidor			
P&D	11.4.2	(3.139)	(3.000)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	11.4.1	(11.801)	(10.721)
Outros encargos		(1.343)	(1.298)
			(16.283)
			(15.019)
			(51.870)
			(45.731)
Receita		1.847.484	1.957.884
			315.195
			317.843

20.1 Energia de curto prazo
A variação no exercício refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$58,7/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$280/MWh (Submercado SE/CO) em 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país, trazendo baixa nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio.

21 Gastos operacionais
Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.
Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.
Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2022				
		Custo da operação e do serviço	Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	16.797			16.797
Encargos de uso da rede elétrica		28.251			28.251
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			5.860	579	6.439
Material			1.584	10	1.594
Serviços de terceiros	21.3		14.329	958	15.287
Depreciação - Imobilizado em serviço			28.194		28.194
Amortização			4.664	17.705	22.369
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				(2.252)	(2.252)
Outras		165	(4.245)	1.643	3.720
Total		45.213	50.386	20.895	1.468
					117.962

	2021				
		Custo da operação e do serviço	Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	41.859			41.859
Encargos de uso da rede elétrica		24.985			24.985
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	1.1	(10.004)			(10.004)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			5.678	458	6.136
Material			1.103	83	1.186
Serviços de terceiros	21.3		1.853	1.690	3.543
Depreciação - Imobilizado em serviço			29.658		29.658
Depreciação - Ativos de direito de uso				2	2
Amortização			3.741	17.939	21.680
Outras		167	2.364	159	322
Total		57.007	44.397	20.331	322
					122.057

	2022	2021
Contratos de compra de energia por quantidade	21.1.1	10.109
Energia de curto prazo	21.1.2	16.540
Outros		(33)
(-) Ressarcimentos CCEE	21.1.3	(8.107)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(1.712)
		16.797
		41.859

21.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade
A variação no exercício refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$58,7/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$280/MWh (Submercado SE/CO) em 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país, trazendo baixa nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio.

21.1.2 Energia de curto prazo
A variação no exercício refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$58,7/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$280/MWh (Submercado SE/CO) em 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país, trazendo baixa nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio.

21.1.3 Ressarcimentos CCEE
A diminuição dos saldos da rubrica de ressarcimentos CCEE nos exercícios analisados ocorreu devido à maior exposição da UHE Jari ao GSF em 2021, quando comparado a 2022.

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	2.817	2.973
Encargos	1.198	1.082
Programa de demissão voluntária	2	
Despesas rescisórias	455	156
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	370	301
Outros benefícios - Corrente	1.496	1.505
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	1	
Outros	78	82
	6.417	6.099

	2021	2021
Administradores		
Honorários e encargos	21	31
Benefícios dos administradores	1	6
	22	37
	6.439	6.136

	Nota	2022	2021
21.3 Serviços de terceiros			
Serviços de consultoria		941	1.177
Serviços de manutenção	21.3.1	13.983	6.336
Serviços de limpeza e vigilância		440	570
Serviços ambientais		144	142
Serviços de informática		549	645
Serviços de publicação e publicidade		46	173
Serviços de telecomunicações		200	178
Serviços de transporte		495	251
(-) Crédito de PIS/COFINS		(1.511)	(6.705)
Outros			776
		15.287	3.543

21.3.1 Serviços de manutenção
O aumento relativo aos serviços de manutenção no exercício ocorreu em decorrência da contratação de serviços de manutenção trienal da unidade geradora 1.

	Nota	2022	2021
22 Resultado financeiro			
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	27.100	6.272
Energia vendida		131	2.535
Depósitos judiciais	9	108	36
Juros e multa sobre tributos	6	1.207	3.869
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.343)	(607)
Outras receitas financeiras		255	300
		27.458	12.405

	Nota	2022	2021
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	16.2	(39.062)	(34.066)
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos	6		(10)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	18.1.1	(1.564)	(501)
Uso do bem público		(4.417)	(7.172)
Fator de Indisponibilidade - FID		(4.498)	(11.405)
Outros juros e variações monetárias		(563)	(979)
Outras despesas financeiras		(152)	(122)
		(50.256)	(54.255)
		(22.798)	(41.850)

	Nota	2022	2021
23 Imposto de renda e contribuição social			
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		174.435	153.936
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		(59.308)	(52.338)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
Doações		(18)	(8)
Perdas indedutíveis			(295)
Juros sobre o capital próprio		22.049	14.793
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		6.567	6.567
(Adição) Reversão de diferenças permanentes		(2.232)	(2.233)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores			(2.161)
SUDAM	23.1	28.449	18.927
Outros		24	23
Despesa de IRPJ e CSLL		(4.469)	(16.725)
Alíquota Efetiva		2,56%	10,86%

23.1 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM
A Companhia obteve junto à SUDAM o Laudo Constitutivo nº 030/2021, expedido pelo motivo da incorporação da ECE Participações, em substituição ao Laudo Constitutivo nº 24/2018, de 23 de abril de 2018, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos, a partir do exercício fiscal de 2018.
Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício, como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao CPC 07 (R1) – Subvenções e Assistências Governamentais, e registrados em contrapartida da Reserva de Incentivos Fiscais na Companhia.

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	169.966	137.211
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	25.794	25.794
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	6,5936	5,31949

24 Resultado por ação
O resultado básico por ação para os exercícios apresentados são calculados pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluído sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado “básico” por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado “diluído” por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado “básico e diluído” por ação é demonstrado na tabela a seguir:

			2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas			169.966	137.211
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)			25.794	25.794
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)			6,5936	5,31949

25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

25.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

25.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma

Passivos Financeiros
Valor justo por meio do resultado
No reconhecimento inicial ou subsequentemente
Custo amortizado
Fornecedores
Uso do bem público
Moeda nacional
Outras contas a pagar - Partes relacionadas
Licenças ambientais

25.1.1.1 Ativos

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

25.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da controlada em conjunto EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 16 possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados à TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia está expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

25.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Operação	Risco									
Aplicação financeira - CDB	CDI	241.202	1.807			1.807	4.393	8.740	(4.441)	(8.933)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	24.267	2.017	292		2.309	573	1.144	(574)	(1.151)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	265.469	3.824	292	-	4.116	4.966	9.884	(5.015)	(10.084)
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(444.724)	(35.839)	(86.259)	(22.499)	(144.597)	(26.782)	(53.207)	27.150	54.678
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(444.724)	(35.839)	(86.259)	(22.499)	(144.597)	(26.782)	(53.207)	27.150	54.678

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a.; e TJLP entre 5,7% e 7,4% a.a.

25.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados na nota 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 27.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

		31/12/2022					31/12/2021	
		Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros								
Fornecedores		7.140	4.267	101.490			112.897	93.640
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		7.383	22.151	24.564	145.175	245.091	444.364	493.791
Uso do bem público		261	780	1.983	14.964	18.179	36.167	34.700
Licenças ambientais		114	2.125	271	2.272		4.782	5.659
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		14.898	29.323	128.308	162.419	263.270	598.218	627.843

25.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle de saúde financeira exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 15. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de financiamento.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 27.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

25.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para 190MWm e 87% para 20,9MWm, para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

25.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

- **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

- **Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos,

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques Presidente	Silvio Alexandre Scucuglia da Silva Conselheiro	Liyl Zhang Conselheiro	Evandro Leite Vasconcelos Conselheiro	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	Maria Clara Fonseca de Oliveira Lima Maia e Castro Conselheira
---	--	---------------------------	--	--	---

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor Operacional e Técnico	Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca Diretor Administrativo	Fernando Fleischer Ferrari Diretor Financeiro
---	--	--	--

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Renan Silva Sobral Gestor Executivo de Contabilidade e Custos Contador - CRC 1SP271964/O-6
---	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Companhia Energética do Jari - CEJA

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética do Jari - CEJA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

25.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

Total dos empréstimos e debêntures	31/12/2022	31/12/2021
(-) Caixa e equivalentes de caixa	444.364	493.791
(-) Cauções	(249.812)	(188.364)
Dívida líquida	(24.267)	(21.679)
Total do Patrimônio Líquido	170.285	283.748
Total do capital	1.038.299	1.001.141
Índice de alavancagem financeira - %	1.208.584	1.284.889
	14,09%	22,08%

26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

26.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, segue abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2022				
		Saldo em	Efeito	Efeito não caixa		Saldo em
		31/12/2021	caixa	Varição monetária e cambial	Adições / baixas	31/12/2022
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções vinculados a empréstimos e financiamentos	9	21.679	(144)	2.732		24.267
		21.679	(144)	2.732	-	24.267
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	15	36.984	(104.944)		123.082	55.122
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16.2	493.791	(88.489)	2.961	36.101	444.364
		530.775	(193.433)	2.961	159.183	499.486
Movimento relativo às atividades de financiamento						
(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		509.096	(193.289)		229	159.183
						475.219

		2021					
		Saldo em	Efeito	Efeito não caixa		Adições /	Saldo em
		31/12/2020	caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/presente	baixas	31/12/2021
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Cauções vinculados a empréstimos e financiamentos		21.633	(741)	787			21.679
		21.633	(741)	787			21.679
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos		32.074	(38.648)			43.558	36.984
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		546.299	(86.574)			34.066	493.791
Arrendamentos e aluguéis		2			(2)		-
		578.375	(125.222)	-	(2)	77.624	530.775
Movimento relativo às atividades de financiamento							
(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		556.742	(124.481)	(787)	(2)	77.624	509.096

26.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	64.849	36.984
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	45	
Total	64.894	36.984

27 Compromissos contratuais e Garantias

27.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 6,86% que representa a taxa média de financiamento para a construção do empreendimento.

		31/12/2022				31/12/2021	
		2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	239					239	-
Obrigações de compra							
Compra de Energia	823	1.592	1.459	5.237	9.111	8.825	
Materiais e serviços	23.797	8.886	3.022	879	36.684	22.790	
Prêmio de risco - GSF				79.694	79.694	75.083	
Juros vincendos de empréstimos e Financiamentos	35.839	46.881	27.149	15.203	125.072	141.238	
	60.698	57.359	31.630	101.113	250.800	247.936	

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

		31/12/2022				31/12/2021	
		2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	230					230	-
Obrigações de compra							
Compra de Energia	649	1.298	1.298	7.138	10.383	11.031	
Materiais e serviços	22.975	9.516	3.735	1.665	37.891	23.362	
Prêmio de risco - GSF				241.616	241.616	241.616	
Juros vincendos de empréstimos e Financiamentos	35.795	58.859	39.972	25.992	160.618	161.193	
	59.649	69.673	45.005	276.411	450.738	437.202	

27.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta outras garantias na modalidade Recebíveis no montante de R\$2.741 (R\$2.431 em 31 de dezembro de 2021). Os valores de garantia de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, estão demonstrados em sua respectiva nota.

28 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

		31/12/2022		31/12/2021	
		Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco
Subestações	3.975		3.975		3.975
Usinas	655.402	200.000	1.032.182	200.000	
Linhas de Transmissão	28.387		28.387		28.387
Responsabilidade civil		50.000			50.000
Transportes (veículos)	360		360		360
Seguro de vida			2.748		(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584; e
- (ii) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

29 Eventos Subsequentes

29.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de